

| | |
|------------------|------------------|
| Veículo: O Globo | Online |
| Data: 29/07/2019 | Coluna: Economia |



Equipe de Guedes espera obter R\$ 200 bi com 'nova CPMF'

Valor anual compensaria a perda das contribuições sobre salários pagas atualmente por empresas

+1 MARCELLO CORRÊA marcello.correa@oglobo.com.br BRASÍLIA

Para desonerar totalmente a folha de pagamentos, reduzindo custos das empresas como objetivo de gerar empregos, o governo terá que arrecadar o menos R\$ 200 bilhões ao ano com a "nova CPMF". Esse foi o valor obtido em 2017 com as contribuições sobre salários pagas por empregadores para financiar a Previdência. A equipe econômica quer implantar o novo imposto gradualmente, sem aumento da carga tributária. De início, a alíquota seria de 0,4%. A cobrança seria dividida entre as duas partes da transação (

quem paga e quem recebe). Ao fim do processo, a tributação seria de 1% — 0,5% em cada lado da operação.

O governo

Terá que arrecadar o menos R\$ 200 bilhões com a "nova CPMF" para desonerar completamente a folha de pagamentos, principal objetivo da equipe econômica com a criação do imposto. Segundo o balanço mais recente da Receita Federal, foi esse o valor que as contribuições so-

bre salários pagas por empregadores renderam à União em 2017. Ontem, em entrevista ao jornal "Valor Econômico", o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o novo tributo sobre movimentação financeira poderia arrecadar até R\$ 150 bilhões. Segundo fonte da equipe econômica, esse montante

Seria alcançado durante a fase de implantação do novo tributo, com uma alíquota reduzida, que não seria a definitiva.



Desoneração. O ministro da Economia, Paulo Guedes, defende que o novo imposto vai diminuir a carga tributária sobre a folha de pagamento, o que reduziria os custos das empresas e geraria empregos

Hoje, empregadores recolhem 20% sobre os salários de seus funcionários para ajudar a financiar a Previdência. O gover-

no quer acabar com esse imposto para reduzir os custos das empresas e, assim, gerar mais empregos.

No entanto, com as contas públicas apertadas, a União não pode abrir mão de arrecadação. A criação de uma "nova CPMF" serviria, portanto, para desonerar a folha em abrir mão de recursos para bancar as despesas do governo.

Para efeito de comparação, seria preciso arrecadar com o novo tributo quase o valor levantado pelo Fisco com o Imposto de Renda no ano passado. Em 2018, o Leão reteve na fonte R\$ 214 bilhões.

A ideia da equipe econômica é implementar aos poucos o novo imposto. O processo será feito em etapas ampliando a carga tributária. Ou seja, para cada aumento de alíquota da nova contribuição sobre transações financeiras, haveria uma redução proporcional da contribuição sobre a folha — como em uma gangorra.

Inicialmente, a alíquota seria de aproximadamente 0,4%. A cobrança seria dividida entre as duas partes da transação. Por exemplo, numa transferência bancária de R \$100, o governo cobraria R\$ 0,20 de quem depositar e R \$0,20 de quem receber o valor.

Segundo estudos do governo, cada 0,2% da “nova CPMF” pode reduzir a carga tributária sobre a folha de 20% para 13%.

A alíquota subiria gradualmente até ser suficiente para substituir totalmente a arrecadação sobre folha. A ideia é que, no fim do processo, a tributação seja de 1% — 0,5% em cada lado da operação.

Apelido do GLOBO, o economista e advogado tributarista Eduardo Fleury estimou que, para arrecadar os R\$ 150 bilhões citados por Guedes, o novo tributo precisaria ter alíquota de 0,7%—0,35% em cada ponta. O valor mencionado por

Guedes, portanto, seria alcançado em um estágio intermediário da “nova CPMF”.

A última alíquota da antiga CPMF foi de 0,38%, só em uma das pontas da transação. Durante toda sua vigência, de 1997 a 2007, a CPMF arrecadou R\$ 223 bilhões.

A ideia de recriar uma CPMF encontra resistência no Congresso, que teme a volta do “imposto do cheque”, o qual se tornou impopular por ter elevado a carga tributária no país. Para atentar contra a oposição, a estratégia da equipe econômica é destacar que a nova versão do tributo não representará aumento de carga, justamente porque substituirá outros impostos.

PROPOSTA

unificar pelo menos três impostos federais (IPI, PIS e Cofins). Em outro texto, encaminhará propostas para mudar as regras do Imposto de Renda, incluindo o fim das deduções de gastos com saúde e educação, e a redução de alíquotas.

A equipe econômica também preparou estudos para ilustrar que o impacto sobre a economia seria positivo. Um deles, antecipado pelo GLOBO semana passada, estima que a tributação sobre transações financeiras resultaria em uma carga média de 3,25% sobre um grupo de 128 setores da economia. Hoje, a contribuição sob a folha representa cerca de 14% sobre o faturamento desses segmentos.

A criação do imposto sobre transações financeiras deve fazer parte do projeto de reforma tributária do governo, que ainda não foi apresentado ao Congresso. Segundo uma fonte próxima a Guedes, a proposta deve ser formalizada “em questão de dias”. Ainda de acordo com esse técnico, a equipe trabalha em mais de um texto, provavelmente para alterar pontos da Constituição e de legislações infraconstitucionais.

Além de ajustes técnicos, o governo

aguarda o momento político correto para apresentar a proposta. Um ponto que o governo não quer deixar em disputa por protagonismo entre Câmara e Senado — as duas Casas têm projetos próprios de reforma tributária em andamento. Para lidar com essa dificuldade, o governo avalia apresentar sugestões aos dois projetos. Até agora, porém, não se sabe se a proposta do Executivo teve um texto “conciliatório”, que buscará aproveitar o melhor dos dois textos.

Essa estratégia seguiria a linha de garantir um protagonismo ao Congresso, que já tomou a frente das discussões sobre a reforma. Em palestra recente, o secretário especial da Receita, Marcos Cintra, disse que o projeto do governo será uma espécie de “espelho” das propostas que tramitam no Congresso.

Além de criar um tributo sobre movimentação financeira, o governo quer

Guedes prevê arrecadação de R\$ 150 bilhões com nova CPMF

GOVERNO O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, em entrevista ao jornal Valor Econômico, que a "nova CPMF", batizada de Imposto sobre Transações Financeiras, poderá arrecadar até R\$ 150 bilhões por ano. Na entrevista, Guedes defendeu a criação deste imposto como alternativa para reduzir outros tributos.

"O Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) é feio, é chato, mas arrecadou bem e por isso durou 13 anos", afirmou, referindo-se ao prazo durante o qual a CPMF ficou em vigor no país.

Os críticos a um imposto deste tipo alertam para o risco de cumulatividade, ou seja, de o tributo incidir sobre várias etapas da cadeia produtiva, onerando o contribuinte. Guedes afirmou que o efeito cumulativo de uma ITF seria de 4,5%, ao passo que a contribuição previdenciária sobre folha de pagamentos teria efeito cumulativo de 14%.

O ministro explicou que a proposta de criação do ITF prevê uma "escadinha". Uma alíquota de 0,2% permitiria reduzir a carga tributária sobre folha de pagamento dos atuais 20% para 13%.

Com 0,4% de alíquota de ITF, já seria possível eliminar a CSLL, que é a Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Com 1%, os governos poderiam abrir mão do IVA, imposto sobre valor agregado

que substituiria o ICMS pelas propostas de reforma tributária em discussão no Congresso.

Mas Guedes não deixou claro, na entrevista, para qual alíquota fazia a estimativa de arrecadação de R\$ 150 bilhões por ano.

O ministro afirmou ainda que a proposta do governo para o novo pacto federativo é baseada em três Ds: desobrigar, desindexar e desvincular. E que vai propor a criação de um Conselho Fiscal da República, para monitorar a qualidade dos gastos nos Estados.

MARCELO FONSECA/ESTADÃO CONTEÚDO



O Imposto sobre Transações Financeiras é feio, é chato, mas arrecadou bem e por isso durou 13 anos Paulo Guedes

Ministro da Economia

A desoneração da folha de pagamento é a principal aposta do ministro para produzir o que chama de "choque de emprego". O objetivo é reduzir custos para empresas, que teriam mais fôlego para contratar. A ideia encontra resistências no Congresso, no entanto.

A criação do imposto sobre transações financeiras deve fazer parte do projeto de reforma tributária do governo, que ainda não foi apresentado ao Congresso. Segundo uma fonte próxima a Guedes, a proposta deve ser formalizada "em questão de dias". Ainda de acordo com esse técnico, a equipe trabalha em mais de um texto, provavelmente para alterar pontos da Constituição e de legislações infraconstitucionais.

Além dos ajustes técnicos, o governo também aguarda o momento político correto para apresentar a proposta. Um ponto que tem preocupado é a disputa por protagonismo entre Câmara e Senado — ambas as Casas têm projetos próprios de reforma tributária em andamento.

Para lidar com essa dificuldade, o governo de Jair Bolsonaro avalia apresentar sugestões aos dois projetos. A ideia é reforçar a ideia de que a proposta do Executivo é um texto "conciliatório", que buscará aproveitar os melhores pontos dos dois textos.



Audidores têm projeto para reforma tributária

Texto que será apresentado hoje propõe tributação de lucros e dividendos e de remessas ao exterior para corrigir tabela do IR

Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

10 de setembro de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - A tributação de lucros e dividendos, de remessas ao exterior e o fim dos juros para capital próprio seriam suficientes para corrigir a tabela do **Imposto de Renda para Pessoas Físicas** e reduzir a cobrança desse mesmo imposto para pessoas jurídicas. É o que defende a proposta de **reforma tributária** dos auditores fiscais, que será apresentada nesta terça-feira, 9, em um evento organizado pelo sindicato da categoria (Sindifisco).

No texto, antecipado ao **Estadão/Broadcast**, os auditores fazem sugestões para a criação de um sistema tributário mais “justo”, sem aumento de carga tributária e perda de arrecadação. “O fim de algumas isenções fiscais concedidas aos rentistas propiciaria uma readequação da tabela de imposto de renda das pessoas físicas, que reduziria a tributação das pessoas que hoje são excessivamente taxadas, notadamente a classe média assalariada”, afirma o sindicato.

A principal mudança seria tributar lucros e dividendos, o que, pela proposta, resultaria em uma arrecadação anual de R\$ 50,4 bilhões. Já a tributação de remessas de lucro ao exterior renderia R\$ 9,1 bilhões e a extinção dos juros sobre o capital próprio, mais R\$ 7,3 bilhões, segundo os números que será divulgados nesta terça-feira pelo Sindifisco.

Dividendo é o pagamento que os acionistas de uma empresa recebem pelo lucro gerado. Quem paga são as companhias de capital aberto (com ações na Bolsa), obrigadas a

distribuir pelo menos 25% do seu lucro líquido. Hoje, os acionistas não precisam pagar impostos sobre os dividendos.

Assim como os dividendos, os juros sobre capital próprio nada mais são que a distribuição dos lucros de uma empresa de capital aberto aos seus acionistas. No entanto, neste caso, existe a cobrança de 15% de Imposto de Renda sobre esse valor. Esse imposto é retido na fonte, ou seja, recolhido à Receita antes de ser distribuído. Mas, nesse caso, quem paga menos imposto são as empresas.

Correção da tabela. Somadas, essas medidas seriam mais do que suficientes para cobrir as perdas com a correção da tabela da forma proposta pelo Sindifisco, que seriam de R\$ 20,8 bilhões. O restante seria utilizado para reduzir alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) de 15% para 11%.

A correção da tabela, tal qual sugere o sindicato, levaria em conta 70% das “perdas históricas” acumuladas desde 1995, ocorridas nas ocasiões em que a tabela não foi reduzida de acordo com a inflação do período. As mudanças no IR sugeridas também consideram a criação de novas faixas de contribuição, com alíquota máxima de 35% para rendimentos acima de R\$ 35 mil por mês. A isenção seria para quem ganha até R\$ 3 mil mensais.

‘Remessa de lucros deve pagar tributo’

Os auditores da Receita que preparam o texto também defendem a tributação de lucros remetidos ao exterior. Segundo o estudo, o Brasil é um dos poucos países que não tributam a remessa de lucros e dividendos ao exterior, que alcançaram, em 2018, US\$ 16,1 bilhões. O sindicato defende que seja reinserida a tributação em 15%, que vigorou até 1995. O Sindifisco também pede o fim dos juros sobre capital próprio, que permite que as empresas reduzam a base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante de juros distribuídos a acionistas como remuneração sobre o capital investido.



Governo pode apresentar reforma tributária a relatores em vez de protocolar nova PEC

Reforma tributária do governo prevê a criação do Imposto de Valor Agregado (IVA), a desoneração da folha de pagamentos bancada por uma 'nova CPMF' e mudanças no Imposto de Renda

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

09 de setembro de 2019 | 21h22

BRASÍLIA - O **Ministério da Economia** pode optar em apresentar o seu projeto de **reforma tributária** diretamente aos relatores das propostas na **Câmara dos Deputados** e **Senado Federal**. Nesse caso, segundo apurou o **Estado**, não haveria necessidade de protocolar um nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

Os relatores incluiriam as sugestões do governo para a simplificação tributária nos pareceres, mediante acordo com o governo. Essa é uma possibilidade que está sendo analisada pela equipe do ministro da Economia, **Paulo Guedes**, mas não há ainda decisão.

A equipe fez nesta segunda mais uma reunião sobre a reforma tributária do governo, que prevê três frentes: a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a desoneração da folha de pagamentos (bancada por um novo imposto nos moldes da **CPMF**) e mudanças no **Imposto de Renda**. Guedes pediu mais simulações e uma nova reunião foi marcada para quinta-feira, 12. Entenda as diferenças das propostas:

Proposta do governo (não apresentada oficialmente)

Troca de até cinco tributos federais (PIS, Cofins, IPI, uma parte do IOF e talvez a CSLL) por uma única cobrança, o Imposto Único Federal. A proposta também vai acabar com a contribuição ao INSS que as empresas pagam atualmente sobre a folha de pagamentos. Em substituição, duas opções estão à mesa: a criação de um imposto sobre

todos os meios de pagamento ou um aumento adicional na alíquota do imposto único. Em outra frente, o governo prepara mudanças no IR de empresas e pessoas físicas com redução de alíquotas e fim ou redução de deduções com gastos de saúde e educação.

Câmara

PEC do líder Baleia Rossi (MDB-SP), patrocinada por Rodrigo Maia. Preparada pelo economista **Bernard Appy**, cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), de competência de municípios, Estados e União, além de um outro imposto, sobre bens e serviços específicos, esse de competência apenas federal. Em contrapartida, extingue os seguintes tributos que incidem sobre o consumo:

- **IPI** (federal)
- **PIS** (federal)
- **Cofins** (federal)
- **ICMS** (estadual)
- **ISS** (municipal)

Senado

Reforma do ex-deputado Luis Carlos Hauly preparada pela Câmara. Seria criado um imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal. Em contrapartida, extingue os seguintes tributos:

- **IPI**
- **PIS/Pasep**
- **Cofins**
- **ICMS**
- **ISS**
- **IOF**
- **CSLL**
- **Salário-Educação**
- **Cide**

FOLHA DE S.PAULO



Primeiro palácio de governo do Brasil deve virar hotel em Salvador

Medida do governo do estado enfrenta oposição de arquitetos, contrários à cessão ao setor privado

8.set.2019 às 17h51

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/09/>)

João Pedro Pitombo

SALVADOR Ele foi erguido em 1549 como casa de taipa, onde moraria e trabalharia Tomé de Souza, primeiro governador-geral da colônia. Em 1808, hospedou por 34 dias o rei dom João 6º, que desembarcou no porto de Salvador fugindo das tropas de Napoleão.

Em 1837, foi sede da efêmera República Bahiense, proclamada em Salvador (<https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2019/01/porto-rico-salvador-e-senegal-estao-entre-os-melhores-destinos-para-2019.shtml>) após a revolta da Sabinada. Em 1912, foi alvejado por tiros de canhão que partiram do forte de São Marcelo para destituir o governador Aurélio Viana.

Um dos edifícios mais simbólicos do centro histórico de Salvador (<https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2018/01/1947510-dentro-e-fora-das-igrejas-novos-ritmos-revitalizam-o-pelourinho.shtml>) e primeiro paço governamental erguido no Brasil, o Palácio Rio Branco caminha para tornar-se um empreendimento hoteleiro.

O governador da Bahia, Rui Costa (PT)

(<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/mensalidade-em-universidade-publica-nao-deve-ser-tabu-diz-governador-do-pt.shtml>), aprovou uma Proposta de Manifestação de Interesse do

grupo português Vila Galé para desenvolver estudos de viabilidade para transformar o palácio em um hotel.

A modelagem do contrato ainda está sendo desenhada, mas o governo vai exigir como contrapartida a recuperação da estrutura do palácio e a manutenção do Memorial dos Governadores. O estudo também prevê a possibilidade de o grupo hoteleiro erguer até três novos prédios no entorno do prédio histórico.

“O Palácio Rio Branco é um imóvel que faz parte da história do Brasil, mas está subutilizado. Entendemos que é melhor conceder este patrimônio para a iniciativa privada do que deixar ele se acabar”, afirma o secretário de Turismo da Bahia, Fausto Franco.

Para ele, o novo empreendimento pode ajudar a induzir a recuperação e retomada econômica da região do centro histórico de Salvador. Atualmente, o prédio abriga a secretaria de Cultura da Bahia e serve de espaço para eventos públicos ou privados.

A história do Palácio Rio Branco remonta a 1549, quando o governador-geral Tomé de Souza desembarcou no local onde seria erguida a cidade de Salvador, concebida para ser a sede administrativa da América portuguesa.

Um dos primeiros edifícios da nova cidade foi a Casa dos Governadores, construção em taipa e palha que serviria de morada do governador-geral e sede administrativa do governo.

Desde então, outras três construções se sucederam no local. Em 1663, a casa de taipa virou um edifício de pedra e cal, ganhando ares de palácio. Assim permaneceu até o final do século 19, quando foi novamente reformado e passou a ter uma arquitetura em estilo neoclássico.

O palácio foi novamente reconstruído entre 1912 e 1919, depois de ter sido parcialmente destruído e incendiado após bombardeios. Reinaugurado há cem anos, ganhou o nome de Palácio Rio Branco.

Até 1972, o palácio foi sede oficial do governo da Bahia. Encravado primeira praça dos três poderes do Brasil, hoje divide o espaço com a Câmara

Municipal, a prefeitura e o Elevador Lacerda.

Por não possuir mais traços de sua arquitetura original, não é tombado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), mas especialistas atestam sua carga simbólica e sua importância histórica.

Além de abrigar o Memorial dos Governadores, o palácio possui espaços como a Sala Pompeana, com afrescos dos séculos 19 e 20, e a Sala dos Espelhos, em estilo rococó.

O Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Bahia, pleiteia o tombamento do palácio desde 2015 e defende o seu uso como para abrigar órgãos públicos ou equipamentos culturais. “É um prédio que, mesmo passando por modificações, tem a mesma idade de Salvador. Faz parte do primeiro núcleo da cidade”, afirma Solange Araújo, presidente do IAB Bahia.

Em uma carta aberta, o arquiteto e professor da Universidade Federal da Bahia Mário Mendonça de Oliveira classificou a possível implantação de um hotel no palácio como um acinte à dignidade dos soteropolitanos.

“A praça onde nasceu a Cidade do Salvador [...] não pode ter as suas funções completamente subvertidas para atender anseios comerciais menores”, diz o professor, para quem o palácio possui valor transcendental e simbólico.

A instalação de um novo hotel deve acontecer em meio a mudanças no setor em Salvador, que nos últimos anos viu hotéis simbólicos como o Othon e o Pestana fecharem as portas, novos empreendimentos surgirem no centro histórico, como o Hotel Fasano (<https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2019/03/grupo-fasano-restaura-predio-historico-para-novo-hotel-em-salvador.shtml>) e o Fera Palace Hotel.

Parte do setor aponta para um excesso de leitos na capital baiana: são 404 hotéis e cerca de 40 mil quartos, com ocupação média de 62% em 2018.

Do meio político, vieram sugestões de outros usos para o palácio. O secretário municipal de Turismo, Claudio Tinoco, propôs que ele abrigasse a prefeitura. Vereadores defenderam a instalação de museus sobre temas como a Capoeira e a Independência da Bahia.

O secretário estadual Fausto Franco, contudo, vê com ceticismo propostas que demandem investimento público e afirma que o estado não tem condições de aplicar recursos próprios no palácio.

“O problema é saber quem banca. Se o Itaú ou o Bradesco quiserem apresentar um projeto de museu, ótimo, vamos analisar. Mas, até agora, a única proposta que temos é para um hotel”, afirma.

Além do Palácio Rio Branco, outros prédios do centro histórico pertencentes ao governo da Bahia devem ser concedidos à iniciativa privada. O próximo alvo é o Palácio dos Esportes, erguido em 1806.

Fincado na praça Castro Alves, o prédio tem sua carga histórica: abrigou o Teatro São João, onde os baianos se amontoavam para ver espetáculos musicais e até conferências do jurista Rui Barbosa.

E, assim como Palácio Rio Branco, também foi alvo de balas de canhão em 1912.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/primeiro-palacio-de-governo-do-brasil-deve- virar-hotel-em-salvador.shtml>

GOVERNO BOLSONARO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ESPECIAL/2018/GOVERNO-BOLSONARO](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro))

Brasil e Paraguai tentam destravar acordo automotivo

Embora sejam membros do Mercosul, setor automotivo ficou de fora das regras comerciais do bloco

9.set.2019 às 20h09



EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/10/>)

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Os governos do Brasil e do Paraguai retomaram as conversas para tentar destravar um acordo automotivo entre ambos países.

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/09/chanceler-paraguaio-se-reune-com-industria-brasileira-para-tratar-de-acordo.shtml>)

O tema foi tratado nesta segunda-feira (9) em uma reunião do chanceler Ernesto Araújo com o ministro das Relações Exteriores do país vizinho, Antonio Rivas Palacio.

Novas conversas estão agendadas para esta terça-feira (10), quando a ministra da Indústria e do Comércio do país vizinho, Liz Cramer Campos, deve se reunir com o ministro Paulo Guedes (Economia).

Embora Brasil e Paraguai sejam membros do Mercosul,

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/ue-pressiona-bolsonaro-e-vincula-pacto-do-mercosul-a-defesa-da-amazonia.shtml>)

O setor automotivo ficou de fora das regras comerciais do bloco. Para contornar isso, foram estabelecidos tratados bilaterais para o

segmento entre os governos do Brasil, da Argentina e do Uruguai —mas não há entendimento do tipo entre os as administrações brasileira e paraguaia.



Jair Bolsonaro e o presidente do Paraguai Mario Abdo Benítez durante declaração à imprensa após reunião bilateral, no Palácio do Planalto - Pedro Ladeira - 3.mar.2019/Folhapress

"Queremos criar novos marcos de integração produtiva. Começamos a negociar o acordo automotivo Brasil-Paraguai, um setor estratégico para ambos países", declarou Ernesto Araújo, nesta segunda-feira (9) no Palácio do Itamaraty.

Não foram divulgados detalhes sobre os itens do acordo que estão em negociação, mas um interlocutor que acompanha o tema disse que tanto o Brasil quanto o Paraguai já trocaram propostas sobre o assunto.

Para os paraguaios, o acordo interessa principalmente para impulsionar a venda de autopeças (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/abalado-pela-argentina-setor-de-autopeças-sofre-baque-dos-estados-unidos.shtml>) para serem montadas no mercado brasileiro.

Há anos um polo de autopeças se estabeleceu no país vizinho, voltado principalmente para a exportação desses itens para o mercado brasileiro.

Esse polo se beneficia de um regime fiscal diferenciado garantido por Assunção, chamado de Maquila.

Hoje, as autopeças paraguaias deveriam pagar uma tarifa de 16% para entrar no Brasil, o que, segundo empresários do país vizinho, prejudicaria as exportações.

Interlocutores no governo disseram à **Folha**, sob condição de anonimato, que embora o imposto não esteja sendo aplicado pela Receita no momento, interessa ao Paraguai assinar um acordo automotivo com o Brasil para garantir segurança jurídica na isenção tarifária.

Pelo lado do governo Jair Bolsonaro (PSL) (<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro/>), interessa a liberalização do comércio para facilitar a entrada de carros fabricados no Brasil no mercado paraguaio.

No entanto, o Brasil tem defendido algumas concessões por parte de Assunção para viabilizar a assinatura do acordo.

O país quer que o Paraguai estabeleça um cronograma que leve à proibição de importação de carros usados (<https://temas.folha.uol.com.br/contrabando-no-brasil/onde-tudo-isso-vai-parar/mercado-clandestino-vende-carros-importados-por-mais-de-r1-milhao.shtml>) — que hoje constituem expressiva parcela da frota paraguaia.

O Brasil também pressiona para que o Paraguai adote tarifas mais altas de importação de automóveis, para garantir competitividade aos carros nacionais que venham a ser vendidos lá.

Por último, o governo brasileiro atua para que a nação vizinha adote regras de origem mais rígidas, para evitar que autopeças provenientes de terceiros e que recebem poucos componentes paraguaios sejam beneficiadas pelo regime especial de redução tarifária.

Embora os dois países estejam tentando fazer a agenda avançar, o governo brasileiro teme que a frágil situação política do presidente paraguaio, Mario

Abdo Benítez, se torne um obstáculo. (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/presidente-do-paraguai-quer-votar-impeachment-para-esvazia-lo-diz-oposicionista.shtml>)

Benítez quase sofreu um impeachment

(<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/presidente-do-paraguai-quer-votar-impeachment-para-esvazia-lo-diz-oposicionista.shtml>) por ter avalizado uma negociação em que o Paraguai aceitou pagar mais pela potência contratada em Itaipu.

Os termos do acordo vieram à público e o mandatário foi acusado de trabalhar contra os interesses do seu país.

Para evitar um julgamento político, Benítez anulou os termos acordados com o Brasil e os dois países tiveram que reiniciar as negociações sobre Itaipu do ZERO (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/oposicao-pede-impeachment-de-presidente-do-paraguai-por-acordo-com-itaipu.shtml>).

Entre membros do governo brasileiro existe um receio de que eventuais concessões que o Paraguai deverá fazer nas conversas sobre o regime automotivo sejam interpretadas da mesma maneira, bloqueando o avanço das tratativas.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

Brasil inicia negociações de livre comércio com México

Brasil espera aumentar o comércio de produtos agrícolas com mexicanos, diz Troyjo

9.set.2019 às 17h58

Atualizado: 10.set.2019 às 9h01

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/10/>)

SÃO PAULO e BRASÍLIA | REUTERS Brasil e México iniciaram negociações para um acordo de livre-comércio, numa tentativa de aprofundar os laços entre as duas maiores economias da América Latina num momento em que tensões comerciais ameaça o crescimento global.

O secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, disse nesta segunda-feira (9) o que o Brasil iniciou formalmente as negociações com o México, que recentemente ratificou um novο pacto comercial com EUA e Canadá

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/acordo-comercial-entre-brasil-e-eua-nao-preve-livre-comercio.shtml>) em substituição ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, na sigla em inglês).



O presidente Jair Bolsonaro durante cerimônia de lançamento da ID Estudantil, no Palácio do Planalto - Pedro Ladeira/Folhapress

O secretário afirmou que o México tinha tradicionalmente foco no comércio com seus parceiros de Nafta, mas que deseja diversificar. Ele acredita que o Brasil poderá exportar mais produtos agrícolas para o México, economia número 2 da América Latina.

"Tivemos conversas para ver de que forma podemos avançar em direção à liberalização, mas ainda não decidimos qual caminho tomar", disse a pasta em um comunicado. "Mas estamos trabalhando nisso."

Já vigora hoje um acordo de livre-comércio de carros e autopeças entre Brasil e México. Em março deste ano, o governo Jair Bolsonaro aceitou a retirada de cotas de exportação e importação entre os dois países, o que gerou críticas de produtores brasileiros que temiam perder mercado.

O México é o oitavo principal destino das exportações brasileiras. No acumulado do ano até agosto, US\$ 3,18 bilhões foram destinados ao país. A

nação da América do Norte, por outro lado, vendeu US\$ 2,87 bilhões ao Brasil no mesmo período --7º lugar no ranking.

As negociações com o México representam o mais recente capítulo nos esforços do Brasil para abrir sua economia. O Brasil também já iniciou conversas por um acordo comercial com os EUA e acredita que um acordo entre a UE e Mercosul será ratificado.

As tratativas caminham para um acordo amplo de livre-comércio, mas o governo avalia que o Brasil pode ter grande benefício no setor agropecuário.

A expectativa dos representantes governo brasileiro é que a assinatura do acordo faça com que o México substitua parte dos produtos que compra dos Estados Unidos por insumos do Brasil.

De acordo com um dos negociadores, caso a conversa com os mexicanos caminhe para um acordo que envolva redução de tarifas e criação de cotas de importação e exportação, será necessário envolver todos os membros Mercosul na assinatura.

Nesse contexto, o quadro político na Argentina gera preocupação no governo. Isso porque eventual derrota do liberal Mauricio Macri nas eleições deste ano e chegada ao poder de uma gestão mais protecionista poderia atrasar o andamento das negociações.

O comércio entre Brasil e México figura abaixo dos volumes desejados, disse Troyjo.

*Colaborou **Bernardo Caram**

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das

PREVIDÊNCIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/PREVIDENCIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia))

Equipe econômica prevê economia de R\$ 65 bi ao limitar ação previdenciária na Justiça estadual

PEC e projeto de lei levam julgamento à Justiça Federal se houver vara em até 70 km da casa do segurado

9.set.2019 às 21h09

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/10/>)

Thiago Resende

Thais Arbex

BRASÍLIA Embora o discurso oficial do governo seja o de que há margem para convencer os senadores a manterem a versão aprovada pela Câmara, auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia) já admitem que o texto do relator da reforma no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/relator-apresenta-novo-voto-e-economia-com-a-reforma-da-previdencia-cai-para-r-962-bilhoes.shtml>), deverá sair vitorioso e buscam alternativas para compensar perdas com a nova versão.

Entre as alternativas, a equipe econômica trabalha para garantir no Senado a aprovação da medida (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/ccj-do-senado-aprova-texto-base-da-proposta-de-reforma-da-previdencia.shtml>) que limita julgamentos de temas previdenciários na Justiça estadual. Ao limitar o alcance, o governo espera um corte de aproximadamente R\$ 65 bilhões em dez anos em despesas judiciais.

Hoje, a Constituição permite que, se não houver Justiça Federal na cidade, a pessoa possa recorrer à Justiça Estadual – que tem maior capilaridade – para

entrar com ações contra o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

<https://agora.folha.uol.com.br/grana/2019/09/veja-as-acoes-trabalhistas-que-aumentam-a-aposentadoria.shtml>

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma traz um dispositivo destacando que uma lei poderá dar novas condições aos julgamentos quando não há vara federal onde o segurado reside – e essa lei foi aprovada na semana passada pelo Congresso.

Pela nova regra, o segurado não pode recorrer à Justiça Estadual se houver vara previdenciária da Justiça Federal em até 70 km de seu município. Para que medida possa entrar em vigor, porém, é necessário que o Senado conclua a votação da reforma da Previdência, o que está previsto para o começo de outubro.

O Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário diz que a medida dificulta o acesso à Justiça.

Dados do TCU (Tribunal de Contas da União) mostram que uma em cada quatro aposentadorias por idade – benefício que atende aos mais pobres – é concedida por via judicial.

O governo argumenta que a Justiça Federal é mais ágil e, assim, o trabalhador aguardaria menos tempo por uma decisão.

Além disso, os custos com juros pagos pela União e os gastos operacionais devem cair, trazendo a expectativa de economia de R\$ 65 bilhões em uma década.

Integrantes do Ministério da Economia disseram à **Folha** que essa medida deverá compensar mudanças feitas por Jereissati.

Em agosto, a Câmara aprovou uma versão da PEC que deveria resultar numa economia de R\$ 933 bilhões em dez anos.

O tucano fez algumas alterações, como uma regra mais benéfica de aposentadoria para trabalhadores expostos a agentes nocivos e impedir que a nova fórmula de cálculo das pensões reduza o benefício para valor abaixo

do salário mínimo (R\$ 998). (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/governo-propoe-salario-minimo-de-r-103900-para-o-ano-que-vem.shtml>)

Com isso, a projeção de economia com a PEC caiu para R\$ 870 bilhões em uma década.

A mudança nas regras de processos judiciais contra o INSS, portanto, praticamente se equivale ao efeito das decisões de

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/entrada-de-estados-e-municipios-na-previdencia-pode-exigir-chancela-de-legislativos-regionais.shtml>) Jereissati (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/entrada-de-estados-e-municipios-na-previdencia-pode-exigir-chancela-de-legislativos-regionais.shtml>).

A PEC reforma da Previdência (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia/>) foi aprovada na semana passada pela CCJ (comissão de Constituição e Justiça) do Senado. Ao mesmo tempo, foi chancelada a criação de uma reforma complementar, que vem sendo chamada de PEC paralela, onde foram colocadas mudanças defendidas por senadores.

A cisão da reforma em dois projetos foi uma ideia do relator para evitar atraso na análise das novas regras de aposentadorias.

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/para-27-dos-homens-e-17-das-mulheres-reforma-da-previdencia-pode-ser-benefica.shtml>)

Assim, o Senado deve analisar, primeiro, a PEC principal, que já passou pela Câmara.

A votação da PEC paralela é esperada para algumas semanas depois, mas ainda terá que ser avalizada pelos deputados. A economia esperada com essa parte da reforma é de R\$ 92 bilhões em dez anos.

Esse valor é resultado de medidas de aumento de arrecadação –que vêm sendo criticadas por parlamentares– e alterações em pontos do projeto original do governo, como aposentadoria por invalidez e redução, de 20 anos para 15 anos, o tempo mínimo de contribuição para homens que ainda vão entrar no mercado de trabalho.

Além disso, Jereissati prevê a inclusão de estados e municípios na reforma, que tem um potencial de R\$ 350 bilhões em uma década na redução de

despesas com aposentadorias de servidores.

Oficialmente a cúpula do Congresso diz que a PEC paralela poderá ser votada pelo Senado e pela Câmara até o fim do ano. Mas, mesmo no governo, as chances de os deputados trabalharem pela proposta são remotas.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/equipe-economica-preve-economia-de-r-65-bi-ao-limitar-acao-previdenciaria-na-justica-estadual.shtml>

10/09/2019 - 05:00

Gasto crescente com pessoal enfraquece os investimentos

Por

A crise fiscal está tendo impacto fulminante nos investimentos em todos os níveis de governo, não só da União, com reflexos negativos no crescimento econômico e no emprego. Levantamento elaborado pelo **Valor** (2/9) mostrou que os investimentos feitos pelos Estados, pelo Distrito Federal e por 24 das 26 capitais somaram apenas R\$ 9,21 bilhões no primeiro semestre. O valor é praticamente a metade dos R\$ 19,49 bilhões investidos nos primeiros seis meses de 2015, que também marcam o início de um novo governo estadual.

Os investimentos despencaram 52,5% nos Estados, para R\$ 6,96 bilhões. Um dos casos mais dramáticos é o do Rio, que teve que reduzir essas despesas em 96%. Até mesmo Estados mais ricos fizeram cortes, como o de 47% no caso de São Paulo. Nas 24 capitais que enviaram informações ao Tesouro Nacional, a queda foi de 53,4% para R\$ 2,25 bilhões.

O fraco desempenho da arrecadação não ajuda. As receitas correntes dos Estados cresceram apenas 0,6% em termos reais do primeiro semestre de 2015 para o mesmo período deste ano. Por outro lado, as despesas com pessoal e encargos sociais aumentaram 4,2% reais em igual base de comparação. Pode-se constatar que o comprometimento crescente das receitas com as despesas correntes, sobretudo as de pessoal, é um dos principais motivos da redução dos investimentos dos Estados e municípios - além da mudança na política de concessão de aval pelo Tesouro a partir de 2015, que dificultou a tomada de empréstimos.

Embora abarque um período diferente, outro levantamento do **Valor** (9/9) confirma o diagnóstico. As despesas com a folha do Executivo dos 26 Estados e Distrito Federal cresceu 4,86% nominais nos 12 meses encerrados em abril em comparação com o mesmo período terminado em 2018, ligeiramente abaixo dos 4,94% da inflação nesse espaço de tempo. Já a despesa com inativos e pensionistas avançou bem mais, quase o dobro, com uma alta nominal de 8,22%, no mesmo espaço de tempo.

Nada menos do que 16 Estados gastam mais com aposentados e pensionistas do que com servidores ativos. Essa tendência deve se disseminar, agravando o déficit previdenciário estadual que, no fim de 2018, já somava R\$ 101,3 bilhões nos Estados, considerando os dados dos programas de ajuste fiscal, de acordo com o Tesouro.

O quadro sublinha a importância da mudança das regras da previdência que, para alguns analistas ouvidos pelo **Valor**, seria mais necessária e urgente para os Estados e municípios do que para a própria União. A proposta original da reforma da previdência chegou a prever que as novas regras seriam automaticamente aplicadas aos servidores dos governos regionais. Mas, em consequência das disputas políticas, o projeto aprovado pela Câmara acabou deixando os Estados de fora, embora número relevante de governadores fosse a favor da inclusão.

O Senado retomou a proposta e a consolidou na chamada PEC paralela, estabelecendo que os Estados poderão aderir à reforma previdenciária nos mesmos termos da União. Para isso, porém, terão de aprovar lei ordinária em suas respectivas Assembleias Legislativas. Caso o Estado aprove a mudança, a adesão de seus municípios será automática. O município que desejar poderá desfazer a adesão à mudança de regras por meio de lei aprovada na Câmara de Vereadores.

Apesar de imperfeita, a PEC paralela é a saída que sobrou. Mas há dúvidas em relação a sua tramitação, que pode enfrentar resistências ou atrasar. Até porque contém outros dispositivos polêmicos como a cobrança gradual de contribuições previdenciárias das exportadoras do setor do agronegócio. Ela exigirá também que os governadores interessados se

empenhem em aprovar a legislação no âmbito estadual. A influência das eleições municipais no próximo ano não pode ser menosprezada no jogo político.

O pior de tudo é que o governo federal está em situação igualmente calamitosa em relação ao déficit previdenciário e aos investimentos. Na União, os investimentos pagos de janeiro a julho somaram R\$ 21,6 bilhões, com queda de 45,9% em relação a igual período de 2015, de acordo com recente relatório do Tesouro. No acumulado em 12 meses até julho de 2019, os investimentos foram de R\$ 49,4 bilhões. Em percentual do PIB, o nível de investimento nesse período é de 0,71%, inferior ao do ano de 2007, quando atingiu 0,8%. A proposta orçamentária para 2020 é ainda mais dura e prevê investimentos de R\$ 19 bilhões, o menor valor em dez anos.

10/09/2019 - 05:00

Polêmico debate sobre tributos

Por Maria Clara R. M. do Prado



Ao contrário da reforma da previdência social, cuja discussão no Executivo e no Legislativo tem evoluído ao longo dos últimos 25 anos, pode-se dizer que a questão tributária é um tema ainda virgem no Congresso Nacional. Sua tramitação promete momentos de grande emoção pela frente. Tributo significa receita e receita significa poder político. Em uma federação como a brasileira, em que o poder de administrar a coisa pública se ramifica em três diferentes esferas, cada qual com suas obrigações, mexer no sistema tributário vigente implica despertar receios, interesses e atitudes defensivas típicas dos embates políticos mais profundos, aqueles que se travam pela conquista dos recursos orçamentários.

Com isso, não se quer dizer que a reforma tributária não seja necessária. Desde priscas eras, a história dos tributos no Brasil evoluiu de forma promíscua, redundando em um cipoal de taxas, impostos e contribuições a desafiar constantemente a capacidade de adaptação do contribuinte. O sistema tributário brasileiro é incoerente, obscuro e ganancioso.

Por isso mesmo, não se deve supor que o debate em torno da reforma tributária venha a ser trivial. Um bom exemplo é a discussão sobre a reintrodução do imposto sobre a movimentação ou transação financeira que, a rigor, não deveria fazer parte de um pacote que pretenda ser reformista. Mal o Executivo colocou o tema na rua, a reação foi imediata, uns contra, outros a favor.

O sistema tributário brasileiro é incoerente, obscuro e ganancioso. Por isso, reformá-lo não é um debate trivial

Quem se opõe alega que um imposto nos moldes da antiga CPMF é esdrúxulo porque atingiria os pagamentos em geral, ou seja, operações efetuadas através dos bancos que não necessariamente envolvem ganhos de capital ou algum tipo de rendimento sobre os quais a tributação se justificaria. Para o governo federal, seu maior defensor, aquele tipo de imposto é um maná, com arrecadação imediata, garantida na certa. Se tiver o nome de contribuição, melhor. Fica tudo com a União, sem precisar dividir o bolo com Estados e municípios.

A prática da CPMF é familiar. Vigorou no Brasil entre 1997 e 2007, entre idas e vindas, com taxas diversas, tendo atingido a alíquota máxima de 0,38%. Chamava-se popularmente imposto sobre o cheque. Hoje, como quase não há cheques em circulação, o grosso da incidência se daria nas transações efetuadas por meio digital ou nos caixas eletrônicos. O ministro da economia, Paulo Guedes, tem mencionado o assunto, indicando que o novo imposto sobre transações financeiras (ITF) ou sobre pagamentos (IP), ou qualquer outra alíquota que venha a ter, partiria de uma alíquota muito pequena, quase imperceptível, da ordem de 0,10% a 0,20%, mas poderá subir. Note-se que a CPMF começou como IPMF em 1993, com alíquota de 0,25%.

Os contribuintes não gostam da CPMF e o governo sabe. Por isso mesmo, tem se valido de um chamariz: a redução dos encargos trabalhistas da folha de pagamento dos assalariados sob a alegação de que isso vai estimular o aumento dos empregos no país. Aqueles que apreçoam a tese do imposto único - cuja alíquota (fala-se em 2,5%) recairia justamente

sobre as operações financeiras em substituição a todos os tributos existentes no país - começam a mexer-se. Querem aproveitar a oportunidade para arregimentar apoio ao tema que é, diga-se, caro ao secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, justamente o pai da ideia.

A rigor, a vigorar o sistema de tributação que o Executivo tem delineado, uma porta estaria sendo aberta para a introdução gradual, a médio e longo prazos, do imposto único. O ministro Paulo Guedes declarou ao **Valor**, em entrevista publicada na edição de ontem, que a proposta de reforma do Executivo prevê uma "escadinha" nas alíquotas do ITF, podendo chegar a 1%, situação em que substituiria não apenas a redução dos encargos trabalhistas, mas também a CSLL (contribuição sobre o lucro líquido) e até o que ele chama de IVA (imposto sobre valor agregado) Dual, que se dividiria em IVA federal (substituindo o PIS e o Cofins) e o IVA estadual/municipal (substituto do ICMS e do ISS).

Na Câmara dos Deputados, algumas propostas têm surgido, entre as quais destaca-se o projeto de emenda constitucional (PEC) do deputado Baleia Rossi, que ganhou o nº 45/2019. Baseia-se no estudo desenvolvido pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), uma consultoria formada por advogados e economistas especializados em tributação, com a intenção de simplificar a estrutura tributária. Neste caso, não há imposto sobre transações financeiras, nem pretensão de mexer com as regras do imposto de renda. A proposta foca na criação de um imposto do tipo IVA com o nome de IBS (imposto sobre bens e serviços) que substituiria o IPI, o PIS, o Cofins, o ICMS e o ISS. A cobrança deixa de ser feita em forma de cascata, como é hoje, e a fatia de cada ente federativo seria distribuída em conformidade com a participação existente hoje na arrecadação dos impostos a serem extintos.

A ideia é de que a carga tributária com relação ao PIB não aumentaria. Mas isso é algo que não se consegue prometer em lei. Também não se pode relacionar a reforma tributária com a perspectiva de aumento da arrecadação. Como se sabe, esta depende do comportamento da economia que não tem nenhuma relação direta com o nível dos tributos nem com a complexidade do sistema.

Como se não bastassem os pontos mencionados acima, a reforma tributária passará pelo aspecto mais sensível de todos que é o tema da desvinculação das receitas com destino obrigatório, conforme definido pela Constituição de 1988. Esse é um aspecto de interesse da União, obrigada a alocar verba para a educação e a saúde em detrimento de outros gastos politicamente mais vantajosos.

Quando a questão da desvinculação orçamentária entrar em debate, o Brasil inteiro tende a pronunciar-se através dos sindicatos, das ONGs, das agremiações profissionais, enfim... Afinal, cabe à sociedade definir aonde devem ser aplicados os recursos dos contribuintes.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin - Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve mensalmente às terças-feiras. mclaraprado@terra.com.br

10/09/2019 - 05:00

Reforma da Previdência tem chance alta de aprovação

Por **Cristian Klein**

A Câmara dos Deputados e o Senado pautaram para esta semana cinco projetos de lei com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

Parte dos projetos são demandas antigas de prefeitos e governadores que já chegaram até a entrar na pauta, mas saíram por falta de acordo e agora retornam, caso da securitização da dívida da União, Estados e municípios - ou seja, a autorização para que o entes federativos vendam o direito de cobrar esses débitos - e a regulamentação de serviços enquadrados no ISS. Além disso, está na pauta da Câmara, com alta chance de aprovação, a introdução de assistente social como profissional obrigatório em todas as escolas.

Já no Senado, as propostas que receberam o selo de maior probabilidade, são a reforma da Previdência e o projeto que altera o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para permitir a autorização da constituição de sociedade de garantia solidária. A ideia é que essas sociedades poderão afiançar os empréstimos tomados por microempresas que dela sejam sócias.

O levantamento do Cebrap/Ello considerou 42 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões (quando dispensa votação em plenário). A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

10/09/2019 - 05:00

38% do investimento externo global é elisão fiscal, diz estudo do FMI

Por Martin Sandbu

Uma grande proporção do investimento estrangeiro direto (IED) no mundo é de capital "fantasma", cujo objetivo é minimizar a conta tributária das empresas em vez de financiar atividades produtivas, segundo uma pesquisa.

Quase 40% do estoque de IED mundial, cerca de US\$ 15 trilhões, "passa por estruturas empresariais vazias" sem "atividades empresariais reais", diz o estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Universidade de Copenhague.

Investimento fantasma

Como % do total de IED*



Em vez disso, esses investimentos são veículos de engenharia financeira usados "frequentemente para minimizar a conta global das multinacionais com impostos", disseram Jannick Damgaard, Thomas Elkjaer e Niels Johannesen, os autores do estudo.

As conclusões chegam num momento em que os governos nacionais tentam reprimir práticas de evasão fiscal das multinacionais.

A reforma tributária está no alto da agenda do G-7 (grupo dos sete países mais ricos). Recentes medidas unilaterais do governo da França para tributar grupos multinacionais de tecnologia que operam no país intensificaram a pressão sobre os demais membros do G-7 para que se chegue a algum tipo de acordo sobre a questão.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi encarregada de encontrar soluções aceitáveis internacionalmente até 2020.

Quase metade do IED "fantasma" identificado pelo estudo estava em Luxemburgo e na Holanda. Outros países em que menos da metade desses investimentos são "genuínos" são Malta, Irlanda, Suíça e vários territórios britânicos.

Brad Setser, economista especializado em assuntos internacionais do centro de estudos Conselho de Relações Exteriores (CFR, na sigla em inglês), em Nova York, disse que o estudo mostrou que "essas estruturas - empresas fantasmas ou investimentos fantasmas - são otimizadas para minimizar a tributação global das empresas".

"A Apple não produz seus iPhones na Irlanda, e a Apple também não os projeta nem desenvolve a maior parte de seu sistema operacional na Irlanda, [mas] um dos investimentos estrangeiros diretos americanos mais valiosos hoje é a participação controladora da Apple na Apple irlandesa", disse Setser. Cerca de 65% do investimento estrangeiro na Irlanda é "fantasma", concluiu o estudo.

Apesar dos recentes esforços internacionais para evitar que empresas transfiram lucros entre fronteiras para fins tributários, o estudo mostrou que o capital fantasma vem crescendo como proporção do IED. No fim de 2010, o IED fantasma representava 31% do total; em 2017, chegou a 38%.

Por trás dos números globais, há grandes diferenças entre os países. A proporção de IED fantasma no Reino Unido subiu de apenas 3%, em 2009, para 18%, em 2017, segundo as estimativas. Na Bélgica e Suécia, caiu de cerca de 30% para menos de 10% no mesmo período.

Alex Cobham, chefe da Rede de Justiça Fiscal (TJN), uma entidade internacional ativista em questões tributárias, disse que o esforço no início da década para reduzir a "transferência de lucro" para países de baixos impostos, em razão das "pressões fiscais e políticas depois da crise", tiveram efeito inverso, resultando em "comportamento ainda mais agressivo de evasão".

"A transferência deixou de ser um fenômeno menor da economia mundial e se tornou um fenômeno sistêmico", disse. "Isso é simplesmente a maneira como se faz negócios agora." Ele acha, porém, que os atuais esforços de reforma são promissores.

10/09/2019 - 05:00

Impactos tributários do 'cashback'

Por Flávio Sussumu Pizão Yoshida

O sistema de "cashback" tem se expandido no varejo brasileiro. O cliente recebe de volta determinado percentual do preço de um produto ou serviço adquirido, tipicamente na forma de crédito em uma conta virtual para ser utilizado em compras futuras.

Apesar de recente, o cashback é similar a outras práticas já bastante difundidas nas relações entre empresas, com o pagamento dos chamados rebates em dinheiro ou a entrega de mercadorias ou serviços em bonificação.

Os impactos tributários destas transações não são sempre evidentes e geram dúvidas e discussões entre autoridades fiscais e contribuintes. O que ocorre é que, do ponto de vista legal, tais práticas não possuem um regramento específico e, a depender de como sejam interpretadas, produzirão efeitos adversos na apuração de tributos.

O tratamento tributário aplicável deve ser definido a cada caso, a partir das particularidades contratuais da operação

Uma primeira interpretação possível é de que os valores concedidos aos clientes, por estarem intrinsecamente relacionados aos bens ou serviços vendidos, representam meras reduções ou ajustes no preço da operação original. A favor desta interpretação pesa o tratamento contábil de receita definido no Pronunciamento Técnico CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente).

A discussão passa ainda pela possível caracterização dos valores bonificados como "descontos", sejam estes condicionais ou incondicionais, particularmente quando a sua concessão estiver vinculada a determinados requisitos (volume de vendas, prazo de pagamento etc.).

Outras interpretações podem surgir a depender do arranjo contratual existente. Por exemplo, se o rebate ou bonificação estão atrelados ao atingimento de metas, cumprimento de prazos, gastos com ações de marketing etc. Em cada caso, as normas contábeis podem sugerir que os valores dispendidos sejam considerados como despesas operacionais, por exemplo, para marketing e propaganda, despesas financeiras ou ainda como parte de um acordo de rateio de despesas ou contraprestação por serviços prestados.

Nas hipóteses em que a operação envolve duas pessoas jurídicas, a entrega dos valores, bens ou serviços a título de bonificação deve ser interpretada tanto sob a perspectiva da empresa que concede quanto do ponto de vista daquela que recebe. Para a pessoa jurídica que concede a bonificação, a depender da interpretação adotada, a operação pode ser registrada como um efetivo "ajuste de receita" ou como uma "despesa". Para a pessoa jurídica que recebe a bonificação, pode-se cogitar de uma "redução de custo ou despesa" ou uma "receita" isoladamente considerada.

Do ponto de vista da apuração do lucro tributável as qualificações acima descritas tendem a ser menos relevantes, já que a base tributável será o lucro líquido (empresas que apuram o IRPJ/CSLL com base no lucro real). Por outro lado, os reflexos para a apuração das contribuições para o PIS/Cofins são menos óbvios, especialmente nos casos em que a venda original e pagamento da bonificação ocorrem em momentos distintos.

Na apuração do PIS/Cofins, se a bonificação for tratada como ajuste de receita por parte do fornecedor e ajuste de custo ou de despesa pelo cliente, a incidência desses tributos refletirá os valores da transação, sem impactos adversos. Todavia, se a empresa que concede a bonificação a trata como uma despesa (e não como redução de receita), poderá calcular o

PIS/Cofins sobre uma base de cálculo majorada e, de outro lado, não ter admitido o reconhecimento de créditos sobre o valor da "despesa" de bonificação registrada.

Efeito similar pode ocorrer para a empresa que recebe a bonificação. Caso o valor não seja tratado como ajuste de custo, poderá resultar na apropriação de créditos de PIS/Cofins sobre uma base incorreta (majorada), particularmente se o valor da bonificação, registrado isoladamente como "receita", não for computado na base de cálculo das contribuições.

A discussão ganha novos contornos diante da multiplicidade de modelos de incentivo adotados pelas empresas e da ausência de uniformidade de interpretação tomada por precedentes das cortes administrativas e das próprias autoridades fiscais. Discussões recentes têm apontado para que sejam consideradas como receitas tributáveis pelo PIS/Cofins o recebimento, por empresas varejistas, de rebates pagos para recomposição de margem (RFB, Solução de Consulta Cosit nº 380/17); de descontos pré-acordados a título de "pedágio" ou para custeio indireto de atividades (Carf, acórdão 9303-008.247 de 19/03/19); ou ainda em razão do cumprimento de metas e ações (Carf, acórdão 3301-004.808 de 24/07/18).

O tratamento tributário aplicável deve ser definido a cada caso, a partir das particularidades contratuais da operação e suportado pelo correspondente tratamento contábil. Nesse sentido, as práticas do cashback e da bonificação devem ser acompanhadas de uma análise para mitigar possíveis reflexos tributários negativos para as empresas.

Flávio Sussumu Pizão Yoshida é advogado da área Tributária do Rayes & Fagundes Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

10/09/2019 - 05:00

Minas quer antecipar receita com nióbio

Por Marcos de Moura e Souza



O governo de Minas Gerais planeja tomar um empréstimo de até R\$ 5 bilhões usando como garantia recebíveis de sua participação na exploração e venda do nióbio. A afirmação foi feita ontem pelo vice-governador, Paulo Brant (Novo). De acordo com ele, vários bancos serão convidados e a escolha se dará num modelo de leilão.

O **ValorPRO**, o serviço de informações em tempo real do **Valor**, havia antecipado na sexta-feira que o governo estava trabalhando em uma operação financeira envolvendo os recebíveis do nióbio. Até ontem, no entanto, o governo mineiro não havia dado detalhes do plano.

O nióbio é um mineral usado por siderúrgicas na produção de aços mais leves e resistentes. O maior produtor do mundo é a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), empresa que tem como principal acionista a família Moreira Salles, sócia também do Itaú Unibanco.

Processado e exportado pela CBMM, o nióbio é extraído em uma mina na cidade de Araxá, no oeste de Minas Gerais. O Estado é dono de parte da mina e a outra parte pertence à CBMM. Pelo acordo em vigor, o Estado recebe mensalmente parcelas equivalentes a 25% dos lucros obtidos pela CBMM. O acumulado deste ano caminha para atingir R\$ 1 bilhão. A receita da empresa controlada pela família Moreira Salles em 2018 foi de R\$ 7,4 bilhões.

O Estado é remunerado por meio de uma de suas empresas, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). "O valor depende do mercado. Alguma coisa na faixa de R\$ 5 bilhões, R\$ 4 bilhões", disse ele ontem a jornalistas após um evento com empresários em Belo Horizonte.

Minas Gerais está mergulhado em uma severa crise fiscal já há alguns anos e o governo pretende, com esse futuro recurso, garantir o pagamento o 13º salário deste ano e tentar voltar a pagar salários dos servidores em uma única parcela. Desde 2016, o salário vem sendo parcelado em até três vezes.

A ideia, segundo Brant, "é usar os recebíveis que o Estado tem do nióbio. É usar os recebíveis que o Estado recebe como garantia para que os bancos façam esse empréstimo".

A equipe do governador Romeu Zema (Novo) - que tomou posse em janeiro - prevê fazer um leilão com as melhores propostas de empréstimo.

"Vamos fazer uma oferta, vários bancos vão entrar. E como é um bom empréstimo, porque o risco é muito baixo, a expectativa é a de que o juro [a ser pago pelo Estado] seja baixo. Mas isso é leilão, a gente vai fazer convite, vários bancos vão entrar. Isso deve ser outubro ou novembro", disse Brant. Se sair do papel, o financiamento servirá de empréstimo-ponte, nas palavras do vice-governador.

Segundo Brant, o empréstimo permitiria um alívio nas contas enquanto o pacote de ajustes - que está para ser enviado à Assembleia Legislativa - ainda não começa a surtir efeitos positivos sobre as finanças de Minas.

Desse pacote constarão proposta de privatizações. Não está claro se a Codemig entrará no rol de empresas a serem privatizadas - ainda mais se a operação de crédito for baseada nos pagamentos recebidos por ela.

Em paralelo à negociação de um empréstimo com base nos recebíveis do nióbio, o governo Zema e a direção da CBMM travam uma discussão a respeito dos valores que a empresa paga ao Estado.

A parte da mina em Araxá pertencente ao Estado é menor do que a parte pertence à CBMM. No entanto, o teor de nióbio da seção estatal é 18% maior que a da seção privada. Essa diferença não tem sido levada em conta na hora do cálculo da quantia paga ao Estado porque no contrato não há menção a esse critério.

"Existe um desequilíbrio financeiro nessa relação" disse ao **Valor** o presidente da Codemig, Dante de Matos. "Nosso objetivo é que o Estado seja remunerado de acordo com o teor. Essa é a minha prioridade zero", afirmou. O contrato entre o Estado e a CBMM é de 1972 e vai até 2032.

Por meio de nota, a direção da CBMM afirmou: "O cumprimento do contrato é objeto de auditoria trimestral, realizada por empresa de auditoria independente contratada pela Codemig, que sempre atestou e continua atestando a correção dos pagamentos realizados pela CBMM à Codemig a título de participação no lucro".

10/09/2019 - 05:00

Novo modelo de leilão da ANP tem oferta permanente

Por André Ramalho

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) inaugura hoje uma nova modalidade de leilão - a oferta permanente - que funcionará como uma espécie de licitação "on demand" de áreas de óleo e gás para petroleiras. O primeiro teste desse modelo oferecerá 273 blocos de exploração e 14 campos inativos, com acumulações marginais. Ao todo, 47 pequenas, médias e grandes empresas do setor estão inscritas para participar da rodada.

A oferta permanente é um mecanismo pelo qual o órgão regulador coloca à disposição do mercado, permanentemente, um pacote de ativos para compra sob demanda. Tratam-se de campos de baixa produtividade, devolvidos à União pelos antigos detentores da concessão, ou blocos exploratórios ofertados em leilões anteriores, mas não arrematados.

Leilão de óleo e gás sob demanda

ANP testa modelo de oferta permanente de áreas

■ Blocos exploratórios ofertados ■ Áreas com acumulações marginais

| Bacia | nº Blocos | Bacia | nº Blocos |
|-------------------------|------------|-------------------------|-----------|
| Parnaíba (terra) | 17 | Espírito Santo (terra) | 4 |
| Potiguar (terra) | 146 | Potiguar (terra) | 2 |
| Recôncavo (terra) | 51 | Recôncavo (terra) | 7 |
| Sergipe-Alagoas (terra) | 35 | Sergipe-Alagoas (terra) | 1 |
| Sergipe-Alagoas (mar) | 9 | Total | 14 |
| Campos (mar) | 15 | | |
| Total | 273 | | |

■ Empresas inscritas para a oferta permanente

Pelo novo mecanismo, esse cardápio de ativos fica disponível para que as empresas, a qualquer momento, manifestem o interesse em adquirir as áreas ofertadas. Se confirmado, a ANP chama, então, uma sessão pública de ofertas, para que outras empresas possam competir pelas áreas. Nesse caso, o órgão regulador coloca em oferta não só os ativos que tenham despertado interesse das companhias, mas todas as áreas que estão dentro do mesmo setor, ou seja, das regiões que concentram os blocos atrativos.

Com a oferta permanente, as petroleiras não precisam esperar as rodadas de licitações para ter oportunidades de aquisição. Um dos principais atrativos desse modelo, segundo a ANP, é que ele permite que as empresas estudem por mais tempo as áreas disponíveis. Numa rodada convencional, os geólogos geralmente têm um prazo mais restrito para avaliar as áreas disponibilizadas - também elas mais restritas. Agora, a agência passam a trabalhar com uma perspectiva de oferta mais contínua de ativos.

A maioria dos ativos disponibilizados pela ANP na oferta permanente é terrestre. A intenção da agência é encerrar as rodadas de licitações de áreas onshore e só ofertá-las pelo novo mecanismo. O universo de áreas disponíveis na oferta permanente, atualmente, é de 600 blocos, mas a maior parte deles não despertou interesse, num primeiro momento. Por isso, hoje, as petroleiras poderão apresentar propostas por 287 ativos, localizados nas bacias de Parnaíba, Potiguar, Recôncavo, Espírito Santo, Sergipe-Alagoas e Campos.

Se todos os ativos oferecidos forem negociados, com base no bônus de assinatura mínimo, a União poderá arrecadar R\$ 296 milhões - valor muito abaixo daqueles envolvidos nas rodadas do pré-sal e de águas profundas. A grande expectativa da ANP, contudo, não está no potencial de arrecadação da oferta permanente, mas sim na sua vocação para dinamizar a indústria de óleo e gás terrestre. De acordo com o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, o interesse das empresas superou as expectativas.

"Vamos ter um sucesso muito maior do que o esperado na oferta permanente. Imaginávamos [inicialmente] que haveria interesse por apenas um setor e estamos ofertando 14. A arrecadação não é o foco nessa rodada, porque os bônus de assinatura são menores. São áreas que já foram leiloadas no passado e não tiveram interessados. O foco é atração de investimentos. E acho que, do ponto de vista da atração de investimentos e retomada das atividades terrestres, vai ser espetacular", disse Oddone, em declaração recente à imprensa.

Para o secretário-executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), Anabal Santos Jr., a abertura em curso do setor de óleo e gás traz boas perspectivas para a oferta permanente. Ele lembra que o governo pretende implementar, a partir do ano que vem, o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate). Um dos principais pontos do programa é resolver entraves no licenciamento ambiental e na exploração de recursos não convencionais - assunto, hoje, judicializado em vários Estados.

"Nossa expectativa é a de que haja pluralidade nas ofertas", afirma Santos.

O executivo também cita o avanço recente dos desinvestimentos da Petrobras. Há mais de três anos tentando vender seus campos terrestres, a estatal, enfim, assinou seus primeiros contratos, para venda do Polo Riacho da Forquilha (RN), para a PetroRecôncavo (US\$ 384 milhões); e para venda do Polo Macau (RN), para a 3R Petroleum (US\$ 191,1 milhões). A Petrobras possui, ainda, 84 concessões onshore à venda neste momento.

O sucesso ou não do primeiro ciclo da oferta permanente ainda é uma incógnita. Os ativos ofertados possuem baixa atratividade em relação aos blocos em águas profundas previstos para serem licitados na 16ª rodada de concessões e na 6ª rodada de partilha, entre outubro e novembro. Santos acredita, contudo, que blocos vizinhos a descobertas existentes e aos campos à venda pela Petrobras tendem a despertar interesse.

A Imetame (que tem um projeto termelétrico a gás na Bahia), a AlvoPetro (que constrói uma unidade de processamento de gás no mesmo Estado) e a Eneva (dona do complexo termelétrico do Parnaíba, no Maranhão) são potenciais candidatas a reforçar suas respectivas carteiras de ativos no Recôncavo e Parnaíba, por exemplo.

Entre as potenciais interessadas em adquirir áreas marítimas, por sua vez, estão as americanas ExxonMobil e Murphy Oil e a brasileira Enauta, que compraram uma série de áreas em águas profundas de Sergipe-Alagoas, próximas a ativos incluídos na oferta permanente. A PetroRio, que planeja executar campanhas exploratórias na Bacia de Campos, é outra candidata.

| | |
|------------------|-------------------|
| Veículo: G1 | |
| Data: 10/09/2019 | Caderno: Economia |



Governo eleva previsão de alta do PIB de 2019 para 0,85%

Previsão anterior era de 0,81%. Estimativa de inflação para 2019, segundo Ministério da Economia, passou de 3,8% para 3,6% para este ano.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

10/09/2019 09h53 Atualizado há 12 minutos

O governo elevou marginalmente sua expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019 de 0,81% para 0,85%, informou a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia nesta terça-feira (10).

A pequena alta acontece após quatro cortes seguidos na previsão de crescimento da economia brasileira para este ano. O orçamento de 2019 foi elaborado prevendo que a economia cresceria 2,5%. Em março, a previsão caiu para 2,2%, em maio passou para 1,6% e, em julho, para 0,81%.

A estimativa foi divulgada após o resultado do PIB do segundo trimestre deste ano – **que cresceu 0,4%, na comparação com os três primeiros meses do ano.** O número veio **um pouco acima do esperado pelo mercado** e afastou o risco de entrada do país em uma recessão técnica, caracterizada por dois trimestres seguidos de retração do PIB.

Na última semana, o **mercado financeiro manteve em 0,87%** sua previsão de alta do PIB neste ano. A projeção constam no boletim de mercado conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (9) pelo Banco Central (BC).

De acordo com o Ministério da Economia, a previsão é de que ocorra uma aceleração da recuperação da economia brasileira a partir de setembro, com o início da liberação dos recursos do saque imediato de R\$ 500 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O governo **prevê pagar R\$ 39,9 bilhões a 96,5 milhões de trabalhadores** com a medida.

- **Saiba tudo sobre a liberação dos saques do FGTS e das cotas do Fundo PIS-Pasep**

"A grande maioria dos mais de 33 milhões de trabalhadores elegíveis a crédito automático em sua conta poupança receberão seu recurso agora, em

setembro e outubro, o que deve implicar em aquecimento da economia", avaliou o governo.

O secretário especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, argumentou que mudanças na economia acontecem gradualmente e não se dão por "saltos, são passo a passo".

"Mas a partir de setembro, haverá uma situação consistente de recuperação. Não tem voo de galinha. Temos de recolocar o Brasil em trajetória de crescimento sustentado de longo prazo", disse Sachsida.

Inflação

Já a expectativa de inflação do governo para 2019, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, foi revisada de 3,8% para 3,6%.

"Mais uma vez, a intensidade da descompressão do preço de alimentos foi responsável por parte da queda da estimativa de inflação", informou a secretaria.

Com isso, a expectativa de inflação para este ano segue abaixo da meta central, de 4,25%. O intervalo de tolerância do sistema de metas varia de 2,75% a 5,75%.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Desafios

Adolfo Sachsida, do Ministério da Economia, avaliou que há três três desafios para o Brasil crescer de forma sustentada, que ele classificou como "importante", "urgente" e "de conjuntura".

"O desafio importante é recuperarmos a produtividade da economia brasileira. Sem isso, não haverá crescimento sustentado da economia", declarou ele, classificando o problema como uma "herança maldita" recebida pelo governo Bolsonaro.

O problema classificado como "urgente" pelo secretário de Política Econômica é o "cenário fiscal" – caracterizado por rombos bilionários nas contas públicas.

"Vamos mostrar o tamanho do ajuste que estamos fazendo. É desafiador. A nova Previdência foi um passo fundamental para resolver esse problemas, mas uma ampla agenda ainda é necessária", acrescentou ele.

Sachsida também afirmou que o terceiro desafio, conjuntural, está relacionado com a desaceleração econômica generalizada que vem sendo registrada na economia mundial.

BOLETIM FOCUS

Mercado prevê queda da inflação

FABRÍCIO DE CASTRO

Estadão Conteúdo, Brasília

Na esteira dos dados mais recentes de inflação, os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA – o índice oficial de preços – em 2019. O Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, mostra que a mediana para o IPCA este ano caiu de uma alta de 3,59% para elevação de 3,54%. Há um mês, estava em 3,76%. A projeção para o índice em 2020 foi de 3,85% para 3,82%. Quatro semanas atrás, estava em 3,90%.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2021, que seguiu em 3,75%. No caso de 2022, a expectativa permaneceu em 3,50%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,75% e 3,50%, respectiva-

mente, segundo o mesmo relatório.

A projeção dos economistas para a inflação está abaixo do centro da meta de 2019, de 4,25%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto percentual (índice de 2,75% a 5,75%). Para 2020, a meta é de 4%, com margem de 1,5 ponto (de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, a meta é de 3,75%. Já a meta de 2022 é de 3,50%, com mar-

Projeções dos economistas indicam elevação de apenas 0,87% para o PIB

gem de 1,5 ponto (de 2% a 5%).

As projeções mais recentes do BC, considerando o cenário de mercado, apontam para inflação de 3,6% em 2019 e 3,9% em 2020. Elas constaram na ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), realizado no fim de julho. Na ocasião, o colegiado reduziu a Selic (a taxa básica de juros) de 6,50% para 6% ao ano.

Na última sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o IPCA avançou 0,11% em agosto. No ano, a taxa acumulada é de 2,54% e, em 12 meses até agosto, de 3,43%.

Indústria despenca

Em pouco mais de oito meses, as projeções para a produção industrial despenca-

ram no Brasil. Dados do Relatório de Mercado Focus mostram também que os economistas do mercado financeiro passaram a projetar retração de 0,29% da produção industrial em 2019. No início do governo de Jair Bolsonaro, a expectativa era de crescimento de 3,17% para este ano.

A derrocada das projeções para a indústria brasileira ocorre em um ambiente de baixo crescimento da economia e alto desemprego, o que prejudica a demanda por produtos industriais.

Considerando o conjunto da economia, as projeções dos economistas indicam elevação de apenas 0,87% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2019. No caso específico da indústria, a expectativa é de crescimento de apenas 0,32% do PIB até o final deste ano.

| | |
|------------------------------|-------------------|
| Veículo: Site Bahia Notícias | Online |
| Data: 09/09/2019 | Caderno: Notícias |



Segunda, 09 de Setembro de 2019 - 12:00

Mercado corta projeção de PIB para 2020 e reduz a da inflação em 2019

por Folhapress

O mercado financeiro reduziu sua estimativa de crescimento da economia brasileira em 2020 para 2,07%, ante os 2,10% registrados na semana passada, segundo dados do Boletim Focus do Banco Central divulgados nesta segunda (9). A projeção para a inflação também foi cortada pela quinta semana consecutiva.

No sábado, o jornal Folha de S.Paulo mostrou que alguns dos principais bancos do país, como Itaú e Bradesco, e consultorias já estimam que a alta do PIB (Produto Interno Bruto) não deverá chegar nem a 2% no próximo ano, com o país chegando ao quarto ano de crescimento pífio. Neste ano, o PIB deve subir 0,87%, projeção estável na comparação com a semana anterior. Com a economia anêmica, o mercado também cortou suas projeções para o avanço da inflação. O IPCA (indicador oficial) deve fechar no ano em 3,54%, ante 3,57% previstos uma semana antes. Houve ainda um corte nas estimativas para o próximo ano, de 3,90% para 3,81%.

É o quinto corte consecutivo na projeção para a inflação e o menor patamar de projeção em um ano. A redução de estimativas ocorre mesmo em um cenário de alta do dólar e queda da taxa de juros, mostrando a dificuldade de recuperação da economia. As previsões para a taxa Selic, atualmente em 6% ao ano, não foram alteradas. Analistas ouvidos pelo Banco Central esperam que ela termine o ano em 5% e 2020, a 5,25%.

Essa é a mediana das projeções. O Bradesco, porém, estima que a taxa cairá a 4,75% e deverá permanecer nesse patamar até o final do próximo ano. Com a mudança na taxa de juros e os choques vindos do exterior (com a guerra comercial travada entre Estados Unidos e China e a piora na situação da Argentina), a taxa de câmbio pode terminar o ano em patamar mais elevado.

Neste ano, a expectativa é de R\$ 3,87, ante os R\$ 3,75 de quatro semanas atrás, antes das eleições primárias argentinas mostrarem uma vantagem para a volta da chapa kirschnerista ao poder. Para o fim de 2020, o câmbio foi estimado em R\$ 3,85, ante R\$ 3,80 de um mês antes.

A queda do dólar tampouco deve favorecer a indústria brasileira. Analistas passaram a estimar queda na produção industrial neste ano, ainda que tenham elevado a previsão de crescimento para 2020. Desde o dia 3 de setembro, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou que a indústria encolheu em julho, economistas passaram a revisar as suas projeções. Agora, eles esperam uma queda de 0,29% neste ano, ante alta de 0,08% uma semana antes. Neste indicador, contudo, opinaram apenas 17 economistas. Para o próximo ano, a projeção é de alta de 2,75%, ante 2,50% uma semana antes. Neste caso, 14 analistas apresentaram suas estimativas.

| | |
|---------------------------|-----------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Cidade |
| Data: 10/09/2019 | Página: 07 |

Tribuna

Mercado reduz estimativa de inflação pela quinta vez seguida

AGÊNCIA BRASIL

O mercado financeiro reduziu a estimativa de inflação para este ano, pela quinta vez seguida. Segundo o boletim Focus, pesquisa divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), a previsão para a inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caiu de 3,59% para 3,54%, este ano.

Para 2020, a estimativa também foi reduzida, ao passar de 3,85% para 3,82%. A previsão para os

anos seguintes não teve alterações: 3,75%, em 2021, e 3,50%, em 2022.

A meta de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional é 4,25% em 2019, 4% em 2020, 3,75% em 2021 e 3,50% em 2022, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 6%. Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato,

com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Quando o Comitê de Política Monetária aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Para o mercado financeiro, ao final de 2019 a Selic estará em 5% ao ano. Para o final de 2020, a estimativa segue em 5,25% ao ano. No fim de 2021 e 2022,

a previsão permanece em 7% ao ano.

A previsão para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – foi mantida em 0,87% em 2019.

Segundo o BC, a previsão para 2020 caiu de 2,10% para 2,07%. Para 2021 e 2022 também não houve alteração nas estimativas: 2,50%. A previsão para a cotação do dólar ao fim deste ano subiu de R\$ 3,85 para R\$ 3,87 e, para 2020, de R\$ 3,82 para R\$ 3,85.

| | |
|-------------------------|-------------------|
| Veículo: Política Livre | |
| Data: 10/09/2019 | Caderno: Economia |

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Produtividade registra queda de 1,7%

Foto: Aberto Coutinho/GOVBA



A produtividade do trabalho no País recuou 1,7% no segundo trimestre de 2019, em comparação com o segundo trimestre de 2018. Foi o pior resultado desde o primeiro trimestre de 2016, quando a produtividade do trabalho havia recuado 2,2%. Os cálculos são de um levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), obtidos com exclusividade pelo Estadão/Broadcast.

O estudo mostra ainda que houve piora no desempenho da produtividade por hora trabalhada. Houve aceleração no ritmo de queda em relação ao primeiro trimestre de 2019, quando o recuo foi de 1,1%, observou Fernando Veloso, pesquisador do Ibre/FGV. “Desde 2017, principalmente em 2018, a produtividade já não estava crescendo bem. A surpresa agora é que ocorreu uma piora”, disse Veloso.

Segundo ele, houve um forte aumento no número de pessoas trabalhando no período de um ano, mas o movimento não foi acompanhado por um crescimento do valor adicionado na mesma magnitude. O valor adicionado aumentou 0,9% em relação ao segundo trimestre do ano passado, enquanto as horas trabalhadas tiveram expansão de 2,6%.

Estadão Conteúdo